

A Licenciatura em Educação do Campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais

Heliadora Georgete Pereira da Costa

Governo do Estado do Amapá/Secretaria Municipal de Educação – Santana, Amapá, Brasil
e-mail: heliadoracosta@gmail.com

Roni Mayer Lomba

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá, Amapá, Brasil
e-mail: ronimayer@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa sobre o curso de Licenciatura em Educação do Campo (EDOC) ofertado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). É uma abordagem qualitativa, cuja metodologia constou da análise de documentos tais como, os editais, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a pesquisa de campo com a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas direcionadas aos acadêmicos, docentes e coordenador do curso, a fim de discutir os impactos dessa política educacional na formação dos sujeitos do campo no Estado do Amapá. A análise dos dados revelou, que a LEDOC é um desafio para a Unifap, uma vez que rompe com o modelo tradicional das licenciaturas mantidas pela instituição, assim como é um grande avanço das políticas públicas de educação voltadas para atender os povos do campo.

Palavras-chave: Educação do campo; LEDOC; formação; política pública.

The Countryside Education Degree in the State of Amapá: current challenges and perspectives

Abstract

This article aims to present the survey results over the course of Rural Education Degree (LEDOC) offered by the Federal University of Amapá (UNIFAP). It is a qualitative approach, whose methodology verified the analysis of documents such as the edicts, the Pedagogical Project of the Course (PPC) and the field research with the application of questionnaires and semistructured interviews directed to the academics, teachers and course coordinator. In order to discuss the impacts of this educational policy on the training of rural subjects in the State of Amapá. The analysis of the data revealed that LEDOC is a challenge for Unifap, since it breaks with the traditional model of degrees maintained by the institution, as it is a great advance in public education policies, aimed at serving the rural people.

Keywords: Countryside Education; LEDOC; formation; public policy.

L'éducation rurale Diplôme en état Amapá: défis et enjeux actuels

Resume

Cet article vise à présenter les résultats de l'enquête au cours de diplôme dans le domaine de l'enseignement dispensé par l'université Fédérale de Amapá. Est une approche qualitative dont la méthodologie comprenait l'analyse des documents tels que les avis, le projet pédagogique du cours et l'enquête sur le terrain avec des questionnaires et des entretiens semi-structurés dirigés à des universitaires, des enseignants et le coordonnateur

du cours afin de discuter de l'impact de cette politique éducative dans la formation du champ sujet dans l'état de l'Amapá. L'analyse des données a révélé que le degré dans le domaine de l'éducation est un défi pour UNIFAP car il rompt avec le modèle traditionnel des degrés détenus par l'institution et constitue une avancée majeure des politiques publiques visant l'éducation à rencontrer des gens terrain.

Mots-clés: L'éducation rurale; LEDOC; formation; politiques publiques.

Introdução

Neste artigo objetiva-se fazer uma abordagem sobre o curso de Licenciatura regular de Educação do Campo ofertado pela Unifap, como uma interseção dos cursos que nasceram com o apoio do Procampo e foram implantados nos *campi* da referida universidade, localizados no interior do Estado do Amapá, desde 2008. É um importante avanço da política educacional do campo, com uma abrangência significativa para atender os povos do campo.

Em 2012, com a chamada pública do Ministério da Educação (MEC), por meio do edital nº 02/2012-SESU/SETEC/SECADI/MEC, a Unifap conseguiu a aprovação da Licenciatura em Educação do Campo Ciências Agrárias e Ciências da Natureza, com ênfase em Agronomia e Biologia, que passou a compor a programação de cursos de graduação da instituição, a partir de 2014.

O curso em execução no campus do Município de Mazagão objetiva a formação de educadores para o exercício da docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas áreas de agronomia e biologia, buscando elevar a escolaridade e a qualidade do ensino nas escolas do campo. A formação de professores com o entendimento da política educacional do campo agrega instrumentos importantes para o desdobramento das lutas sociais e para a construção de projetos educativos mais próximos da realidade camponesa.

Para realizar a análise dos dados sobre a realidade da formação em LEDOC no Município de Mazagão foi adotado como procedimento metodológico a abordagem qualitativa, buscando compreender o objeto investigado dentro das contradições e fragmentações que marcam o contexto mais amplo em que ele está inserido. Assim, a pesquisa de campo teve início no mês de julho de 2015, ocorreu nas turmas que entraram em 2014, sendo denominadas pelas letras "A" e "B". Foram entrevistados 10 acadêmicos da turma "A" e aplicados 65 questionários respondidos por 31 acadêmicos da turma "A" e por 34 acadêmicos da turma "B", a fim de complementar dados da pesquisa. Além dos alunos realizou-se entrevistas com 12 docentes do colegiado da LEDOC e ainda foram entrevistados os 02 coordenadores pedagógicos do referido curso. Porém, os depoimentos foram selecionados, em conformidade com os objetivos deste estudo. No corpo deste texto,

os alunos são identificados como Acadêmico em Formação (AF), os professores como Docente-Formador (DF) e os coordenadores como Coordenação-Pedagógica (CP). Todos os depoimentos das entrevistas serão enumerados, conforme a fala de cada entrevistado.

Para construir o *corpus* teórico deste estudo foi realizada a escolha do material de apoio bibliográfico, visando subsidiar o levantamento dos dados empíricos sobre a formação de profissionais para as escolas do campo, abordando sua trajetória, construção, desafios e perspectivas para a realidade do Estado do Amapá. De forma simultânea ao levantamento da literatura e à pesquisa de campo, foi realizada a análise dos documentos de criação da LEDOC: Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura (Parecer CNE/CP nº. 9/2001); Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução nº. 1, de 3 de Abril de 2002); Licenciatura Plena em Educação do Campo (Minuta original do MEC/Secadi); os editais das chamadas públicas de 2008, 2009 e 2012 que fizeram a seleção de projetos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, inclusive da UNIFAP; o Memorial, o Projeto Vivencial e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) das turmas de Educação do Campo da UNIFAP.

Assim, este estudo apresenta um panorama da oferta da formação inicial em nível da Educação Superior voltada para os trabalhadores do campo na realidade da Amazônia Amapaense e os inúmeros desafios para a sua execução. Com as discussões sobre a Educação Superior do Campo no contexto do Estado do Amapá, busca-se compreender a realidade e a diversidade regional, social e cultural dos povos do campo.

É necessário pensar a oferta de ensino superior para os povos do campo a partir do panorama histórico da educação brasileira, buscando pensá-la no contexto da Amazônia Amapaense, a fim de identificar como vem se constituindo o processo de formação em LEDOC nessa região. Historicamente, no Brasil, o ensino superior ficou concentrado nos centros urbanos e isso gerou um *déficit* sobre a demanda de educação para os trabalhadores do campo, particularmente no Estado do Amapá, onde as universidades públicas tiveram um processo de implantação tardio. Nesse contexto, a política educacional amplia o acesso dessas populações ao ensino superior.

Avanços atuais na política pública de Educação do Campo no Ensino Superior: a Licenciatura em Educação do Campo na UNIFAP

No estado do Amapá, a LEDOC vem sendo construída a partir da iniciativa da Unifap, que provocou e contou com a participação dos movimentos sociais na elaboração da proposta da LEDOC-Ciências Agrárias e da Natureza, como destacado no Projeto Pedagógico do Curso:

[...] neste projeto teve papel fundamental a Rede de Associações das Escolas Famílias do Amapá- RAEFAP, a EMBRAPA, Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Secretaria de Estado da Educação-SEED, os Movimentos Sociais do Campo, o Comitê de Educação do Campo, os Territórios da Cidadania, dentre outros (UNIFAP, 2012, p. 4).

Sobre a aprovação da proposta da Unifap, a coordenação pedagógica diz que:

[...] depois do PROCAMPO ter sido uma experiência exitosa em todas as regiões brasileiras, o movimento social por meio do FONEC, por meio da CONEC, por meio das instâncias da CONTAG, do MST e da FETRACE e outras estruturas sociais com representação nacional demandaram de maneira muito forte, de maneira muito incisiva, no segundo mandato do governo Lula, principalmente, e conseguiram tirar, conseguiram a garantia do MEC de criar cursos de licenciatura nas universidades brasileiras, cursos que tivessem ingresso regular, portanto, que não fossem cursos com uma única turma, que era a realidade do Procampo. Diante disto, o governo abriu um edital para que as universidades pudessem inscrever seus projetos para as licenciaturas em Educação do Campo, como cursos permanentes e, no ano 2012, aprovou 42 universidades que pleitearam curso de graduação em Educação do Campo para seus estados, para suas bases e, entre elas, estava a UNIFAP. O projeto da UNIFAP foi aprovado na posição 11ª, foi um projeto que ficou muito bem colocado diante de outras universidades que têm um trabalho bem mais denso, consistente na área da educação do campo e a partir da aprovação então, nesse edital de 2012, estruturou-se na Unifap, as ações necessárias para que este curso pudesse ser instalado no Mazagão e pudesse ter continuidade (CP 01).

Os cursos regulares de LEDOC são ofertados no *campi* na Unifap, no Município de Mazagão¹, ao sul do Estado do Amapá. A motivação para a escolha do município do Mazagão para abrigar a LEDOC-Ciências Agrárias e Ciências da Natureza ocorreu porque o campus já havia recebido o curso pelo Procampo, conforme afirmação da coordenação pedagógica da LEDOC:

[...] a seleção do município do Mazagão não tem uma situação sociológica ou cultural diversa de tantos outros municípios do interior do estado que poderiam receber esse curso, ela teve essa experiência onde já temos uma base, já temos uma turma formada que abriu caminho para que o Mazagão viesse a receber essa licenciatura e agora, até mesmo, vai abrir caminho para que o Mazagão receba novos cursos da área das ruralidades e o Procampo acabou colocando o Mazagão como sede para a Unifap desenvolver cursos que venham atender a população do campo do Amapá (CP 01).

O primeiro processo seletivo ocorreu em 2014. Nele foram aprovados 120 estudantes, que formaram duas turmas nomeadas como (A e B) composta por 60

¹ O Município de Mazagão localiza-se ao sul do Estado do Amapá, compreendendo uma área é de 13, 131 km². Estima-se que tenha uma população estimada de 19.157 habitantes em 2014. Limita-se com os municípios de Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana, Vitória do Jari, Laranjal do Jari e com a foz do rio Amazonas (IBGE, 2016).

acadêmicos, que foram objetos de pesquisa para este estudo. O acesso ao curso é realizado por meio de edital específico, destinado às populações do campo, um aspecto positivo na consideração feita pelos acadêmicos, como fica evidente neste depoimento feito por um acadêmico da LEDOC:

[...] uma coisa é lançarem um vestibular para os alunos da cidade que estão em cursinhos o ano inteiro, outra coisa foi esse vestibular que foi lançado em que a gente teve nosso tempo para estudar os conteúdos que foram exigidos e, além disso, muita coisa que foi pedida estava relacionada com a nossa vida, então, ficou mais fácil pra gente passar no vestibular do que se a gente fosse tentar fazer outro curso concorrendo com os alunos da cidade (AF 01).

O curso procura dialogar com a realidade socioeconômica, cultural e educacional específica das comunidades do campo por meio de um currículo embasado na alternância pedagógica, o que garante um período de aulas intensivas em tempo integral para realização da parte teórica, e o tempo destinado para o desenvolvimento de projetos nas comunidades.

A Pedagogia da Alternância é um dos pilares da educação do campo, porque alia a teoria e a prática para “[...] garantir o vínculo dos estudantes com suas comunidades de origem” (FREITAS, 2011, p. 45). Ela tem como característica a imersão das comunidades e das famílias no processo formativo, trazendo para o espaço acadêmico experiências sobre o modo de vida camponês, enriquecendo as práticas educativas.

O depoimento de um docente da LEDOC esclarece como a alternância pedagógica vem sendo desenvolvida no curso:

Na licenciatura, a Alternância acontece nos tempos. O curso tem o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, que é, quando o aluno não está dentro da sala de aula, ele tem uma série de atividades intencionais para desenvolver. Na essência do curso de licenciatura se organizam os campos disciplinares ao redor de eixos temáticos, que são um outro componente da Alternância Pedagógica, no qual você não tem a separação das disciplinas como se fossem caixinhas estanques, mas você tem um trabalho de interdisciplinaridade focada e intencional, ao redor de um eixo pedagógico a cada semestre, e aí você tem várias atividades e ações para materializar essa alternância na licenciatura. Os meninos saem do Tempo Universidade levando vários instrumentos para desenvolverem no Tempo Comunidade, eles vão fazer estudos, pesquisas, eles vão fazer entrevistas, eles vão fazer inserções nas escolas, nas associações, nas instituições presentes nas comunidades, ele vão fazer um diário que a gente chama de caderno de campo, caderno da realidade e, na volta para o próximo semestre, o curso inicia com a retomada de todo esse processo que o educando presenciou no Tempo Comunidade por meio de oficinas, por meio de seminários nos quais eles vão partilhar toda essa riqueza, toda essa reflexão para concatenar os tempos e para quebrar com essa coisa da nossa academia separar os semestres e as disciplinas, então, nós consideramos que esse é um elemento muito rico da Licenciatura em Educação do Campo, que vai dar um impacto muito positivo na formação dos sujeitos, pois esperamos

que eles não tenham um perfil fragmentado, que é um problema muito grave presente na formação superior em todo o Brasil, a gente está tentando trabalhar a Alternância Pedagógica para romper com esses limites, com essas cisões e efetivamente formar os nossos meninos com um perfil que seja mais integral, mais de acordo com uma visão antropológica moderna, em que o ser humano é considerado em suas múltiplas dimensões e todos os aspectos da vida da gente estão intrinsecamente ligados (DF 01).

Para Nosella (2014, p. 19-20), a Pedagogia da Alternância “[...] transcende, pois toda relação pedagógica é uma dialética integradora entre o saber escolar e os saberes da vida [...]”. Desta forma, ela permite que os licenciados em LEDOC aprofundem a compreensão sobre a realidade, apropriando-se das demandas e dos problemas da comunidade e da luta social no campo, o que pode ser confirmado na entrevista de uma acadêmica da LEDOC:

[...] o curso inclui projetos nas nossas comunidades e nós passamos a ser disseminadores de conhecimentos, porque nós conhecemos os agricultores da comunidade e eles querem nos ouvir, não criam resistências e mesmo quando não estou desenvolvendo os projetos do curso, eu tento me incluir na vida da comunidade, levando para eles o que eu aprendo, quando estou no curso, por exemplo, na escolinha lá da comunidade, a gente já está começando a implantar uma horta, já começamos a oferecer curso de biofertilizantes para a comunidade e tudo isso vai nos ajudar, em algumas aulas de ciências os alunos são levados para a comunidade para aprender, estamos tentando fazer da mesma forma que é feito aqui no curso e isso é muito interessante para nós, então, quando retornamos para o curso a gente repassa para a turma como o trabalho foi desenvolvido na comunidade (AF 01).

Diante desses relatos sobre o desenvolvimento da Alternância Pedagógica no curso, compreende-se que a formação em Educação do Campo ocorre dentro da experiência dialética entre Tempo Comunidade – Tempo Universidade – Tempo Comunidade que enriquece o processo formativo e procura romper com a organização disciplinar, que acontece nas demais licenciaturas ofertadas pela Unifap. A relação universidade-comunidade “[...] é dinâmica e se efetua em um movimento contínuo de ir e retornar. Embora seja a forma mais complexa da alternância, seu dinamismo permite constante evolução [...]” (QUEIROZ E SILVA, 2008, p. 3).

Com essa perspectiva de formação embasada na alternância e sendo de caráter multidisciplinar, a matriz curricular do curso propõe a sua organização em 04 núcleos, sendo:

Núcleo de conteúdos básicos: constituído de estudos dos fundamentos educacionais e dos campos do saber que fornecem o embasamento teórico necessário para o aprendizado profissional; **Núcleo de conteúdos específicos:** composto por campo de saber, destinado à caracterização da identidade profissional, congregando estudos nas áreas de Ciências Agrárias e Ciências da Natureza, com ênfase em Agronomia e Biologia;

Núcleo de conteúdos de aprofundamentos de estudos: composto pelos estágios e práticas pedagógicas; **Núcleo de conteúdos diversificados:** constituído das atividades complementares (UNIFAP, 2012, p. 20).

Esses núcleos curriculares contribuem para a reflexão sobre a interdisciplinaridade proposta para a formação docente. Conforme dispõe o PPC do curso, busca-se contemplar a integração entre as disciplinas, procurando vencer a fragmentação do conhecimento. Para Frigotto (2011, p. 35) “[...] a questão da interdisciplinaridade se impõe como necessidade e como problema fundamental no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico”. Nesse sentido, a interdisciplinaridade contribui para a reflexão sobre as questões políticas, econômicas, educacionais, a respeito da realidade social e da complexidade do caráter histórico dos sujeitos e seu envolvimento com o mundo.

Para efetivar o currículo, o curso é composto de 4.560 h/a, distribuídas em: 3420 h de conteúdos de natureza científico-culturais, 450 h de práticas pedagógicas, 480h estágios supervisionados e 210 h de atividades complementares, com o total de 67 disciplinas organizadas em 08 semestres. Do total da carga horária, 3.300h são destinadas ao TU e 1.260 h para o TC (UNIFAP, 2012). Desta forma:

[...] a organização curricular por etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. Entende-se por Tempo- Escola os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades camponesas, com a realização de atividades pedagógicas orientadas e acompanhadas pelo corpo docente do curso (UNIFAP, 2012, p. 19).

Além da organização dos núcleos, as disciplinas de estágios e práticas pedagógicas estão articuladas em 08 eixos que buscam problematizar a realidade do campo. Os eixos temáticos estão estruturados em torno das discussões sobre a educação do campo como norteadora para o desenvolvimento da interdisciplinaridade entre os componentes curriculares. No início de cada semestre, é realizada a atividade de culminância das atividades do eixo, com a exposição dos resultados do Projeto Integrador de Vivência Pedagógica² desenvolvidos no TC.

O TU tem como estratégias pedagógicas a aula expositiva dialogada, o estudo de texto, o portfólio, o mapa conceitual, o estudo dirigido, a solução de problemas (Aprendizagem Baseada em Problemas – PBL), o ensino com pesquisa, o seminário, estudo de caso, o painel, dentre outras. No TC, utiliza-se como instrumentos didático-pedagógicos o plano de estudo; o caderno da realidade; as visitas de estudo e as visitas às famílias (UNIFAP, 2012, p. 28).

² Projeto desenvolvido pelos alunos sob a orientação docente durante o Tempo Comunidade. Tem como objetivo promover o ensino, a pesquisa, a extensão e, conseqüentemente, traz a reflexão para os alunos e professores da universidade a partir das situações vivenciadas na realidade (UNIFAP, 2012).

As atividades do TC são desenvolvidas em diferentes comunidades do campo, uma vez que o curso congrega estudantes de todo o estado do Amapá. Referindo-se aos municípios de origem dos acadêmicos, a pesquisa revelou que no curso há acadêmicos, inclusive, de municípios do interior do Estado do Pará, conforme representado na figura abaixo:

Figura 1. Mapa de localização dos acadêmicos LEDOC/UNIFAP, campus do Município de Mazagão.



Fonte: Costa, 2016.

De acordo com os dados da pesquisa, entre os acadêmicos da LEDOC, 36 declararam residir no Mazagão, sendo a maioria na zona rural do município, como Distrito do Carvão, Camaipi, Vila Maracá, Foz do Mazagão Velho, São Miguel do Rio Maracá e Rodovia Mazagão Novo – Mazagão Velho. Daqueles que disseram residir no município de Santana, apenas 1 mora na sede, mas trabalha como professor na comunidade de Mazagão Velho, onde passa a semana, os demais correspondem ao Assentamento do Anauerapucu e da Comunidade Três Irmãos, no Rio Vila Nova, 4 alunos declararam moradia na zona rural de Macapá, sendo de São Joaquim do Pacuí e de Tracajatuba I do Pacuí. Em menor número, estão acadêmicos de Laranjal do Jari, Serra do Navio, Pedra Branca, Afuá e Almeirim, que são estes dois últimos, municípios paraenses, localizados próximos ao Amapá.

Como se observa, a maioria dos alunos pertence ao campo, confirmando a proposta dos cursos de LEDOC, no sentido de “[...] suprir a enorme lacuna nos patamares de formação dos educadores do campo e de contribuir para elevar o nível de escolaridade dos jovens do campo, ainda que não sejam educadores” (MOLINA, 2011, p. 120).

O curso congrega alunos oriundos de vários municípios amapaense, o que ocorre devido à falta de condições financeiras de uma parcela dos trabalhadores do campo no Estado do Amapá, que tem dificuldade de se manter na capital, Macapá, para dar continuidade aos estudos. Outra variável que contribui para isso é a falta de instituições de ensino superior, públicas e/ou privadas, na maioria dos municípios amapaense, como confirma a fala de um acadêmico entrevistado:

[...] os jovens da minha comunidade praticamente não têm expectativa nenhuma, principalmente, em relação à continuidade dos estudos, porque da Serra do Navio para Macapá é muito longe, então, para fazer um curso de ensino superior é muito difícil e muitos lá sobrevivem só da agricultura, porque muitos pais não têm condições de mandar o filho para a cidade para vim estudar (AF 02).

Neste sentido, “Se um grupo social tem mais dificuldade de acesso a direitos educacionais, o Estado tem a obrigação de assegurar políticas diferenciadas para garantir o direito a estas pessoas, como ocorre com a educação no campo” DUARTE (2008, p. 38). O cumprimento desta atribuição do Estado vem ocorrendo por meio de políticas educacionais focais recentes que visam a diminuir as perdas relativas à privação de estudos para a população do campo.

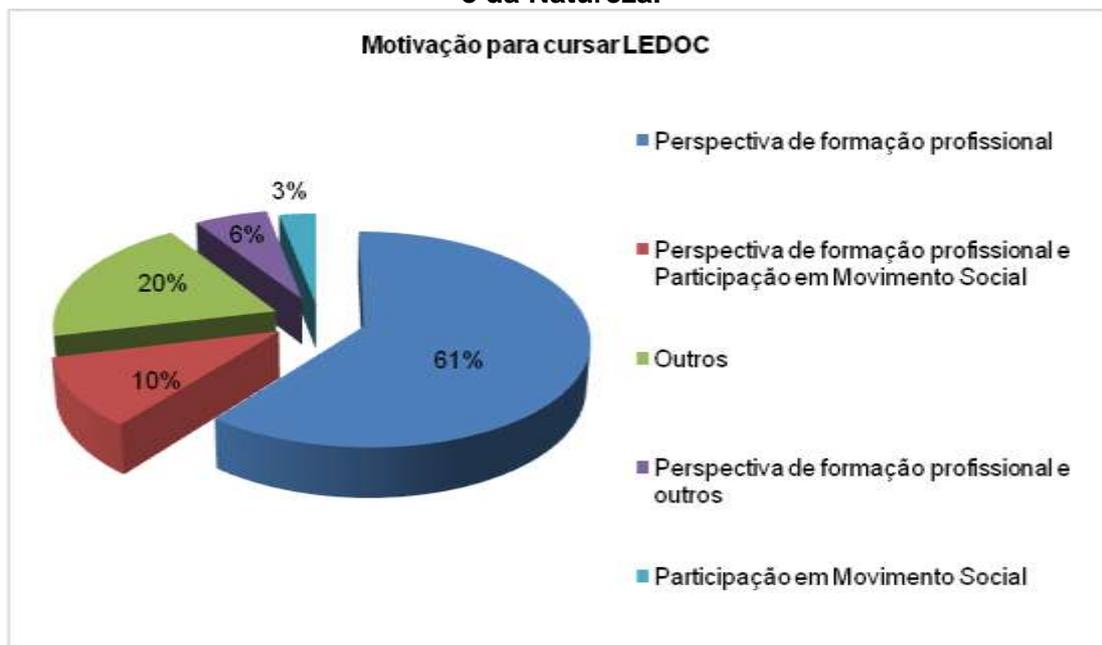
Outra questão relevante levantada sobre a LEDOC é que a relação dos alunos com o campo não corresponde ao seu envolvimento com os movimentos e organizações sociais camponesas. Considerando que a Educação do Campo é um paradigma pensado a partir das demandas sociais e a elaboração da LEDOC na Unifap, por conseguinte contou com a cooperação de movimentos sociais, portanto, pode-se questionar o fato de a maioria dos acadêmicos não participarem dos movimentos e organizações sociais camponesas. Dos acadêmicos que participaram da pesquisa, 63% deles não participam de movimentos ou organizações sociais do campo; 34% declararam que são filiados em sindicato rural, pastorais de igrejas, colônia de pescadores, associação de assentados e de escola família, o que está vinculado às atividades que esses acadêmicos desenvolvem em suas comunidades. Essa baixa participação nos movimentos sociais pode estar associada ao contexto histórico, político e social do Estado do Amapá, em que os movimentos do campo ainda são pouco atuantes, embora haja a representação da Rede de Escolas-Família do Amapá (RAEFAP), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Amapá (FETAGRAP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outros na construção da LEDOC na Unifap.

Durante a pesquisa, percebeu-se o reconhecimento da importância do curso, conforme declara o acadêmico “[...] essa licenciatura do campo veio abrir um leque de oportunidades para que as pessoas do campo tenham acesso ao conhecimento, para depois buscar desenvolver a comunidade” (Mazagão, 2016). Nos depoimentos esteve evidente a preocupação tanto dos egressos quanto dos acadêmicos de que a LEDOC traga

resultados para a escola do campo e que ajude a “[...] transformar a realidade da educação e da comunidade” (Mazagão, 2016).

No gráfico, foram organizadas as motivações apresentadas pelos alunos para cursar a LEDOC – Ciências Agrárias e Ciências da Natureza.

Gráfico 1. Motivação dos acadêmicos para cursar a LEDOC/UNIFAP Ciências Agrárias e da Natureza.



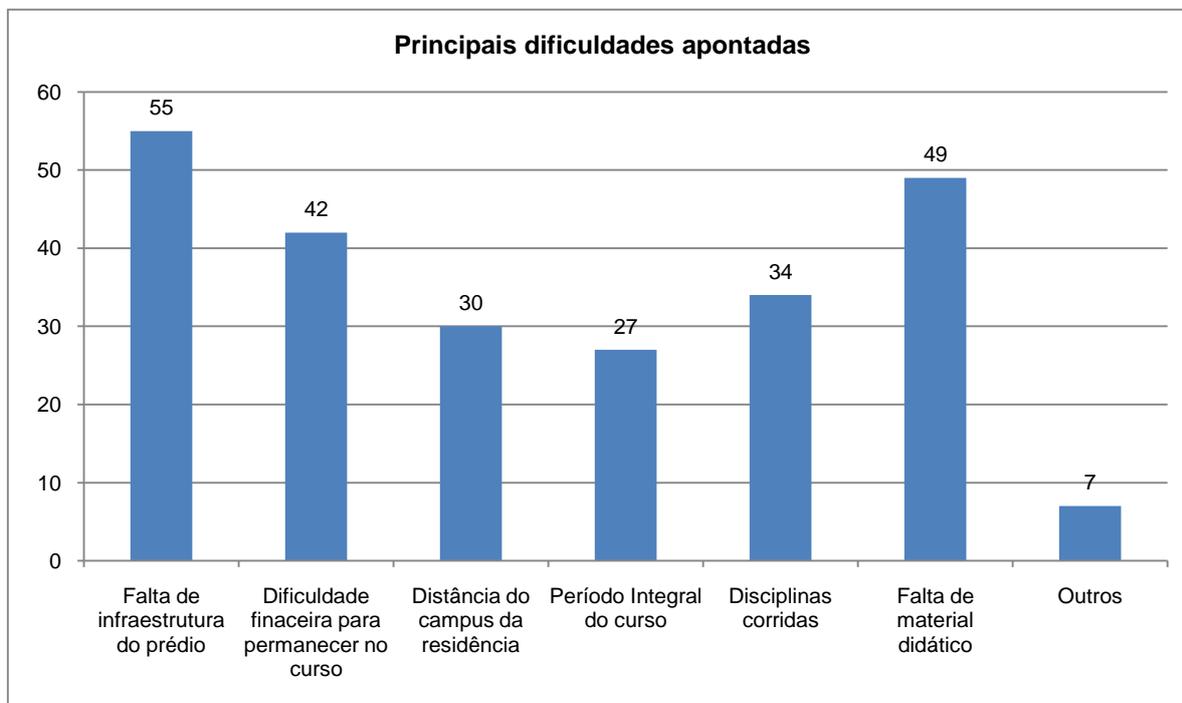
Fonte: Costa, 2016.

No Gráfico 1, pode-se observar que a perspectiva de formação profissional aparece como estímulo principal, que levou a maioria dos acadêmicos a cursar a LEDOC na Unifap, o que é justificado pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho e de exercer atividades pedagógicas em escolas do campo, devido à carência de profissionais formados nessas áreas. Além disso, os acadêmicos dizem ainda que as escolas do campo necessitam de professores que conheçam a realidade dos alunos e que sejam capazes de desenvolver conteúdos, de acordo com as especificidades da comunidade. Nesse sentido, Caldart (2007, p. 4) afirma que “a especificidade de que trata a Educação do Campo é do campo, dos seus sujeitos e dos processos formadores em que estão socialmente envolvidos”.

No que concerne aos desafios encontrados no curso, os discentes denunciam a falta de estrutura física adequada para acolhê-los durante o TU, haja vista que muitos deles vêm de comunidades distantes para o período intensivo de aulas, sendo que “[...] o espaço físico ainda está a desejar, pois não temos biblioteca, laboratório para pesquisar e até mesmo alojamento, que deveria ter porque muitos colegas vêm de municípios distantes para estudar e não têm onde ficar aqui no município” (Mazagão, 2016).

Corroborando com o depoimento do entrevistado, no gráfico abaixo são apresentadas as dificuldades apontadas pelos acadêmicos em relação à formação na LEDOC.

Gráfico 2. Dificuldades relativas à LEDOC/UNIFAP Ciências Agrárias e Ciências da Natureza expostas pelos acadêmicos do curso.



Fonte: Costa, 2016.

A infraestrutura do campus em questão ainda é apontada como a principal dificuldade que vem sendo destacada pelos acadêmicos da LEDOC regular, e isto está relacionado à inexistência de espaços como biblioteca, laboratórios de biologia e de informática para atender as atividades práticas e de pesquisa das disciplinas.

A falta de material didático citado refere-se também à ausência de biblioteca com acervo literário para pesquisa. Conforme exposto nas informações coletadas, os alunos dizem que ficam limitados ao uso dos materiais (apostilas e livros) que os docentes podem oferecer, não tendo opções de ampliar a pesquisa sobre os conteúdos estudados.

No que se refere à dificuldade financeira, os acadêmicos que têm a atividade do campo, agricultura, pesca, extrativismo, como única fonte de renda, expõem que o fato de ficarem entre 2 e 3 meses longe de casa, deixam de produzir e, sem renda alternativa, comprometem o rendimento familiar e isso contribui para que apresentem problemas financeiros, inclusive, para manter-se no curso, pois o foco fica fora da sala de aula. Dentre a opção “outros”, que aparece no gráfico, foram manifestadas diversas situações, como obstáculos no curso, tais como a inexistência de refeitório, a falta de água potável, limpeza dos banheiros e transporte para as atividades de campo.

Estas dificuldades apontadas pelos acadêmicos são confirmadas pela coordenação pedagógica do curso LEDOC, quando diz:

Nós iniciamos o curso no Mazagão sem termos os laboratórios organizados, sem termos a biblioteca instalada, sem termos uma copa, uma cantina para que os alunos possam fazer a sua refeição, uma vez que o curso é integral, eles entram as 08h e ficam até as 18h no campus, a gente tem dois turnos de aulas, de segunda à sexta feira, no período do Tempo Universidade, o que o caracteriza como um curso integral e a gente não têm essas estruturas para colocar à disposição dos nossos alunos (CP 02).

Quanto à ajuda para custear a permanência dos alunos no curso, há a oferta de bolsas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), mas não contempla todos os alunos. O PPC prevê o apoio inicial aos acadêmicos, disponibilizando material didático como medida para assegurar sua permanência na graduação, mas o relato da coordenação informa que:

Nós temos na universidade pública brasileira uma carência de condições, pensando, principalmente, nos nossos acadêmicos que têm deficiência financeira e até mesmo vulnerabilidade social, então, nesse sentido, os instrumentos criados na política pública brasileira para a educação, ainda deixam muito a desejar, temos infelizmente, adolescentes, jovens que conseguem passar no Enem, que conseguem passar no vestibular, conseguem ingressar na universidade, mas não conseguem, efetivamente, permanecer até concluir o curso, mesmo com as bolsas que são oferecidas pelo serviço de apoio que a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários disponibiliza, a gente tem essa realidade na universidade brasileira. No caso específico do Mazagão, essas dificuldades são acrescidas de uma infraestrutura que é incipiente e que não conta ainda com todos os instrumentos necessários a um curso completo (CP 01).

Durante a realização da pesquisa, foi possível observar os trabalhos de ampliação e melhoria do campus. Segundo a coordenação do curso, há a sinalização da reitoria, no sentido de melhorar a estrutura, buscando ofertar o ensino com mais qualidade.

Como se observa, no início destes cursos, no Amapá, havia um despreparo, principalmente, em relação à estrutura física para garantir qualidade à formação acadêmica dos futuros profissionais das escolas do campo. Como afirmado, há desafios a serem superados e prejuízos na formação da primeira turma, assim como ocorreu nas turmas do Procampo.

Como um curso regular, o MEC autorizou “[...] a contratação de até 15 docentes e de 03 técnicos administrativos para o curso” (UNIFAP, 2012, p. 07). Esta é uma nova realidade que se apresenta sobre o curso de LEDOC, pois as duas turmas do Procampo, Laranjal do Jari e Mazagão, respectivamente, não tinham um caráter efetivo na instituição e, por isso, precisou contar com a colaboração do colegiado de outros cursos para a sua efetivação. A organização do colegiado é um importante avanço para a graduação em

educação do campo no Estado do Amapá, que passou a ser uma política permanente na Unifap, desde 2014.

Diante disso, esta licenciatura cumpre a Política Nacional de Educação do Campo, viabilizando a inclusão dos trabalhadores no ensino superior, o que abrange:

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da Reforma Agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, sem paginação).

Pensar a Educação do Campo significa compreender a dinâmica social dos povos do campo, possibilitando sua inserção em processos educativos sistemáticos, construídos a partir de seu modo de vida. Diante disso, o processo didático-pedagógico em que a LEDOC vem sendo desenvolvida, permite a análise de que a alternância pedagógica traz uma singularidade para as licenciaturas em Educação do Campo, que ultrapassa a organização curricular, porque vem permitindo um processo dialético entre o conhecimento teórico e empírico, possibilitando a construção coletiva de novos saberes.

Mas não se pode negar que há uma histórica ausência do Estado no provimento das necessidades básicas de quem vive no e do campo no Estado do Amapá. Durante a pesquisa, um dos acadêmicos partícipes pediu para fazer uma consideração sobre essa ausência dos órgãos governamentais nas comunidades, segue o relato da entrevista:

Eu quero fazer uma consideração e dizer que o campo, aqui no Amapá, é muito esquecido, tanto em forma de campo mesmo, ou seja, de plantar, colher, até os órgãos que deveriam nos apoiar, estão nos esquecendo, quanto em relação à educação também, para você ter uma idéia, esse ano queriam parar a escola da nossa comunidade, porque só tinha 22 (vinte e dois) alunos e se a comunidade não lutasse para a escola ficar lá, hoje em dia, a gente teria todas as crianças estudando na comunidade mais à frente que a Água Branca, então, a gente lutou para a escola continuar lá. As prefeituras, o governo federal, o governo estadual não olham praticamente para nós. Nós estamos muito esquecidos, nos falta energia elétrica, estrada, escola mesmo a nossa só tem 3 (três) salas de aulas e 3 (três) professores e funciona da pré escola ao 5º ano do Ensino Fundamental, funciona com classes multisseriadas e já chegou o laboratório de informática, mas internet nunca chegou, então, eu vejo que há necessidade de se voltar o olhar um pouquinho mais para o campo também, porque lá também tem criança que quer e precisa aprender, de lá também pode sair grandes pesquisadores, grandes lideranças comunitárias e tudo isso é deixado de lado, principalmente, a educação do campo, mesmo porque o que está acontecendo, é que simplesmente se pega um conteúdo da cidade e manda para lá e também o aperfeiçoamento dos profissionais do campo, porque pegam um profissional da cidade que nunca teve contato com o campo e mandam para lá, te vira, merenda escolar também não temos. Precisamos um pouquinho mais do olhar dos governantes para as comunidades do campo no Amapá (AF 03).

Como reação a esse tipo de situação relatada pelo acadêmico, às desigualdades educacionais e a ausência do Estado nas comunidades, os sujeitos do campo protagonizam um processo de luta para assegurar direitos, como manter as escolas no campo. É assim que nacionalmente a Educação do Campo vem sendo construída.

Entende-se, nesse processo, a importância do envolvimento da academia nas questões relativas à realidade dos alunos e aos problemas enfrentados no campo amapaense. A universidade reconhece as especificidades da educação e seu vínculo com o trabalho no campo.

Logo, a Educação do Campo faz uma ruptura paradigmática com o modelo de escolarização descontextualizada e desterritorializada ofertado pelo Estado para os povos do campo, que se sustentava em uma “[...] educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos” (CALDART, 2002, p. 19), induzindo ao fracasso escolar e refletindo na precarização das escolas, no trabalho dos professores e no ensino.

No contexto nacional, a aproximação entre a universidade e os movimentos camponeses ganhou força a partir dos anos 1990, com a “[...] mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas [...]” (CALDART, 2008, p.71). Nesse âmbito, o Pronera e o Procampo estão entre as principais políticas de oferta de ensino superior voltadas para a formação dos sujeitos do campo.

Esse processo de formação traz o fortalecimento do debate em torno da educação e do desenvolvimento do campo. Desta forma, as políticas educacionais para o campo não se limitam à garantia do acesso aos processos educativos sistematizados, mas cria o entendimento crítico-reflexivo sobre as formas de produção e reprodução do capital e, inclusive, dos conhecimentos impostos ao campo pelo modelo hegemônico, que é, predominantemente, urbano-industrial (CALDART, 2008).

Na análise sobre as licenciaturas em Educação do Campo desenvolvidas no Amapá, constatou-se as limitações da formação, apontadas na pesquisa, principalmente, pela falta de infraestrutura da universidade para a realização dos cursos. Além disso, aqui no Estado do Amapá, há ainda pouca participação dos movimentos sociais na luta pelas políticas de Educação para o Campo, temática que carece de estudos mais consistentes.

A abertura da Unifap para os cursos de LEDOC é de fundamental importância, porque possibilita o acesso dos sujeitos do campo ao ensino superior. Todavia, a oferta da licenciatura não é um fim em si mesmo, ou seja, não se esgota na democratização da universidade e na incorporação destas graduações, mas traz para o âmbito acadêmico uma experiência que parte das demandas e das necessidades da sociedade, uma vez que, os sujeitos do campo são protagonistas de um paradigma de educação, capaz de aliar o mundo acadêmico com a realidade dos alunos e é, nesse âmbito, que a LEDOC abre espaço para repensar o papel social da universidade e da escola do campo.

Considerações finais

O Estado do Amapá tem uma característica rural marcante. Esse fato é observado nos Distritos da Fazendinha, do Coração e no Curiaú, comunidades rurais muito próximas do perímetro urbano de Macapá e exemplos da relação urbano-rural vivenciada no Amapá, fato muitas vezes desconhecido pelas pessoas.

Esta afirmação revela o caráter paradoxal que permeou a construção deste estudo, tanto no que foi apreendido nos discursos teóricos quanto ao que foi revelado na pesquisa realizada. A visibilidade da Educação do Campo enquanto paradigma contra-hegemônico é revelada na luta dos movimentos sociais e por diretrizes legais, de âmbito nacional. Entretanto, ao mesmo tempo em que há o discurso oficial e legal da política educacional, ainda permanece um cenário de exclusão das populações do campo no Brasil, o que reflete na baixa escolaridade e na dificuldade de efetivação dessa política.

A história da Educação demonstrou contradições constantes na oferta de ensino para os sujeitos do campo, visto que, em muitos momentos, esse direito lhes foi negado, vindo a ser amplamente discutido após os anos 1990, quando as políticas passaram a ser elaboradas pelos Movimentos Sociais Camponeses e o Estado.

Procurou-se neste artigo analisar o desenvolvimento dos cursos regulares de Educação do Campo ofertados pela Unifap. O trabalho permitiu compreender os princípios fundamentais da Educação do Campo e o itinerário da formação inicial dos sujeitos, assim como profissionais para atuar nas escolas do campo. Nas comunidades rurais do Estado do Amapá, muitas vezes, o professor atua em classes multisseriadas, que são a única alternativa de escolarização. Além disso, as condições de trabalho, de ensino-aprendizagem e a infraestrutura de muitas escolas são precárias, marcadas pela falta de material didático, falta de merenda escolar, falta de transporte e dificuldade de acesso às comunidades.

A Educação do Campo nasceu de um movimento emancipatório, que trouxe a normatização e a institucionalização de programas e diretrizes para subsidiar o currículo das escolas do campo. As primeiras manifestações acerca dessa nova concepção de educação mostraram a necessidade de planejar, propor, elaborar políticas contextualizadas com a realidade das comunidades rurais.

O desenvolvimento do artigo permitiu visualizar a realidade do ensino público ofertado nas escolas do campo no Estado do Amapá por meio dos questionários, entrevistas e análise de documentos, o que ampliou as reflexões sobre a necessidade de que as políticas públicas de educação alcancem as comunidades rurais, pois as propostas curriculares utilizados no ensino das escolas do campo ainda são uma cópia dos currículos elaborados para a realidade das escolas urbanas.

Quanto ao ensino superior, só recentemente a Unifap passou a atender a demanda específica de trabalhadores do campo, processo legitimado pela Política Nacional de Educação para o Campo, que deu subsídio para a aprovação dos cursos do Procampo, cujo objetivo é a formação dos professores. Outra questão relevante sobre o campo amapaense é a carência de profissionais qualificados, o que também se constitui como um dos pontos nevrálgicos que estrangulam a qualidade do ensino.

No que concerne à formação inicial dos docentes e trabalhadores do campo, na etapa de graduação, esta é uma conquista legítima dos movimentos sociais, a partir da aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica na Escola do Campo, do Pronera e, posteriormente, do Procampo e Pronacampo, que ampliaram o debate para a efetivação de cursos voltados para as populações rurais nas universidades públicas, em vários estados brasileiros. Nesse trabalho foi possível perceber que estes cursos de graduação em Educação do Campo trouxeram para dentro das universidades uma concepção interdisciplinar para a formação dos profissionais das escolas do campo.

O itinerário de elaboração e desenvolvimento da LEDOC, na Unifap, foi de início um desafio para os acadêmicos, professores e coordenadores pedagógicos, pois foi necessário planejar práticas educativas distintas daquelas habitualmente desenvolvidas na academia. Mediante isso, os referenciais teóricos da Educação do Campo favorecem a oferta de uma sequência dinâmica aos cursos de LEDOC, em que a ação-reflexão-ação torna-se visível.

Os documentos analisados permitiram entender esta licenciatura, desde a sua proposição, elaboração e implantação. É um curso organizado em áreas do conhecimento, com diferentes componentes curriculares, sua efetivação careceu da articulação por meio da interdisciplinaridade e da Pedagogia da Alternância, pois na Educação do Campo valoriza-se o local, a cultura, a realidade e a participação dos sujeitos para o processo emancipatório.

Na turma regular de LEDOC, há clareza sobre o processo de alternância entre o TU e o TC, e a interdisciplinaridade é elemento indispensável nesse processo. Nesse sentido, teoria e prática se associam de maneira mais significativa, conforme consta no PPC e no desenvolvimento das atividades pedagógicas do curso.

A organização do colegiado com professores efetivos é outro ponto que merece ser destacado, uma vez que se percebe o envolvimento e a compreensão dos docentes com a realidade da educação do campo, dentro de uma perspectiva de resistência e de afirmação como um novo paradigma educativo. O acompanhamento dos professores nas atividades do Projeto de Vivência Pedagógica, desenvolvido durante o TC, é efetivo e participativo tanto pela presença da universidade quanto das comunidades que buscam superar a dicotomia entre a teoria e a prática.

A efetividade da proposta do curso depende, em parte, do compromisso dos professores na execução do currículo e na proposição de processos pedagógicos que favoreçam a realidade do campo amapaense, com todas as singularidades da Amazônia. Acredita-se que o desenvolvimento da LEDOC, no Estado do Amapá, é indispensável para democratizar o espaço acadêmico e aproximar a Unifap da realidade das populações do campo.

Portanto, pode-se afirmar que, apesar das dificuldades enfrentadas nos cursos de LEDOC, no que concerne à ausência de condição estrutural e limites teórico-metodológicos impostos pela realidade e condições naturais da Amazônia, estas políticas públicas são indispensáveis para associar a educação com a economia e a ecologia, repensando os processos educativos e a escola do campo e, com isso, propor um modelo de desenvolvimento rural sustentável para o Estado do Amapá.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad. Edital Nº 2, de 23 de Abril de 2012. Chamada Pública para seleção de projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para Licenciatura em Educação do Campo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 de set de 2016.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge et al (Orgs.). **Educação do Campo**: identidades e políticas públicas. Brasília. DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

_____, Roseli Salete. **Educação em Movimento**. Formação de Educadoras e Educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In “Campo, Política Pública e Educação”. Coleção Por uma Educação do Campo. Brasília: NEAD, 2008.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da. *Políticas públicas de educação: um estudo sobre os programas federais de educação para o campo no Amapá*. 134 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional). UNIFAP, Macapá, 2016.

DUARTE, C. S. In: SANTOS, C. A. (org). “A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo”, In “Campo, Política Pública e Educação”. Coleção Por uma Educação do Campo. Brasília: NEAD, 2008.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Rumos da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica; FREITAS, Helena Costa Lopes de (Org.). **Educação do Campo**. Revista em Aberto, INEP, vol. 24, nº 85, Brasília, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONTE, S. F.; PEIXER, Z. I. (Orgs.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS Sonia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil**. Reflexões a partir da tríade: Campo –

Política Pública – Educação. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. MOLINA, Mônica Castagna. Sonia Meire dos JESUS, Santos Azevedo de (org.). Memória e História do PRONERA. Brasil, 2011.

NOSELLA, Paolo. **Educação no Campo**: origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória, ES: EDUFES, 2014.

QUEIROZ João Batista Pereira de; SILVA, Lourdes Helena da. Formação em Alternância e Desenvolvimento Rural no Brasil: As Contribuições das Escolas Famílias Agrícolas. **Actas do III Congresso de Estudos Rurais** (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAAlg, CD-Rom, 2008.

UNIFAP. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo **docência multidisciplinar em Ciências Agrárias e da Natureza**. Macapá, 2011.

Sobre os autores

Heliadora Georgete Pereira da Costa – Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Funcionária pública do Setor Econômico do Estado do Amapá, atua junto às comunidades de Pesca do estado como Extensionista Social de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desenvolve função na Agência de Pesca do Amapá (PESCAP) credenciada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Roni Mayer Lomba – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Doutor titular no curso de Geografia e no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Como citar este artigo

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. A Licenciatura em Educação do Campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 218-235, jan.-mar. 2018

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Heliadora Georgete Pereira da Costa** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados e suas interpretação e análise; e o segundo autor **Roni Mayer Lomba**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 23 de maio de 2017.
Devolvido para a revisão em 15 de agosto de 2017.
Aceito para a publicação em 15 setembro de 2017.